

Com PMDB, governo aprova MP-77

Decisão abre caminho para investigação do envolvimento de ACM no caso do grampo

Sérgio Prado e Sônia Cristina Silva
de Brasília

A construção da base parlamentar do governo com a presença do PMDB deu mais um passo adiante ontem. Pela manhã, com a decisiva participação dos peemedebistas, o Palácio do Planalto conseguiu aprovar no Senado o texto que queria da medida provisória de renegociação das dívidas rurais. No dia anterior, o partido resolveu mostrar aos governistas seu poder de voto, aliando-se ao PFL e ao PSDB para obstruir a votação.

Logo após a aprovação da MP 77 sobre a dívida dos agricultores, o principal articulador político do Executivo, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, anunciava no Congresso a disposição de apresentar na próxima semana uma proposta concreta de inclusão do PMDB na base governista.

Depois de uma conversa com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), Dirceu procurou minimizar a participação do PMDB na obstrução da terça-feira. Ele atribuiu o problema à rotina da vida parlamentar. "A votação de ontem (anteontem) nada tem a ver com as conversas com o PMDB", alegou o ministro. Em plenário, o líder do governo no Parlamento, Aloizio Mercadante (PT-SP), foi pelo mesmo caminho. "O PMDB tem papel fundamental. Somos 81 senadores. O

bloco tem 32 e eles têm 20", sustentou Mercadante, que sinalizou o interesse em dialogar também com o PSDB e PFL, em especial por saber da importância de um lastro considerável no Legislativo para aprovar as reformas constitucionais.

No entanto, o presidente do PMDB, Michel Temer (SP) disse que "ou há uma coisa concreta, ou não se fala mais no assunto". Queria ele dizer que seu partido deseja influir na formulação das políticas do governo. Com um leve ar de vitória, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), deixou claro o que é corrente nos bastidores da Casa: só uma maioria com participação peemedebista dará margem de segurança nas votações.

E ainda anunciava, satisfeito, a perspectiva de filiação de mais quatro senadores à legenda. Segundo Renan, a bancada do partido está incomodada com a situação e defende uma posição de independência.

A aprovação da MP 77 foi uma volta por cima do governo, mas alguns pontos ficaram para ser resolvidos em 30 dias, por uma nova MP, que incluirá os fundos constitucionais e a solução para as dívidas contraídas de forma cooperativa.

Mercadante disse que a questão

do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) deve ser discutida em separado e não fazer parte do acordo porque envolve uma quantidade grande de recursos. Este programa é uma exigência da bancada ruralista e envolve um montante de R\$ 5,581 bilhões em débitos a serem pagos em 20 anos com juros entre 3% e 5%.

Pauta liberada

Com a votação da MP 77, a pauta do Senado foi desobstruída. E houve a ratificação dos novos diretores do Banco Central, medida considerada importante para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana que vem.

Ainda em relação a temas relevantes para a economia, o governo abriu caminho para a ratificação de um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) de R\$ 505 milhões, o qual já havia passado pelo crivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A urgência para a tramitação do projeto foi aprovada ontem.

Conselho de Ética

Depois de quase cinco horas de sessão, o plenário elegeu os novos

integrantes do Conselho de Ética. A primeira reunião foi marcada para terça-feira, quando será analisado o recurso do PT pedindo a instalação de sindicância de apuração do suposto envolvimento do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio dos grampos de telefones na Bahia.

Os petistas insistiram para que a primeira reunião do Conselho fosse ontem mesmo, mas foi vencido pela falta de apoio dos demais líderes de partidos. "Foi usada manobra regimental", afirmou a senadora Heloísa Helena.

De acordo com o presidente do Conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), o recurso do PT será analisado logo depois de sua esperada recondução ao cargo e da eleição do vice. Uma nova disputa, entretanto, deverá envolver a escolha da relatoria.

Juvêncio vai divulgar na reunião um relatório do acompanhamento das investigações da Polícia Federal e fechar uma agenda de trabalho. Ele acredita que ainda será possível na próxima semana ouvir alguns depoimentos.

A eleição dos integrantes do Conselho foi pacífica em plenário, mas o mesmo não pode ser dito da escolha dos nomes. "Tá uma guerra; ninguém nos partidos queria essa posição ingrata", confidenciou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Só maioria com participação peemedebista dará margem de segurança nas votações